

# SÊNECA E A *CLEMENTIA* NO PODER

LUIZIR DE OLIVEIRA

**Abstract:** A glance on some forms of government of the contemporary world would be enough to point countless examples of illegal, tyrannical, irresponsible or even illegitimate power. To learn how to deal with these situations is a difficult task, mainly when the objective is the understanding of the foundation of that power, its constitution, formation and, above all, the person's character who was chosen or who "chose" themselves to assume the control of the institution. Those concerns can be found in *De Clementia*, by L. A. Sêneca, a surprisingly up-to-date meditation.

*Os homens mudam de boa vontade de senbor supondo melhorar...  
enganam-se e vêem por experiência própria haverem piorado*  
Maquiavel, *O Príncipe*, Livro III.

## I. O CENÁRIO

A política romana do primeiro século da Era Cristã foi dominada basicamente por uma única família: a Júlio-Cláudia. Desde o grande Augusto, que começou seu governo em 27 a.C. até o momento do assassinato de Nero, em 68 d.C., manteria o poder em suas mãos por quase um século. E esse século seria marcado por todo tipo de perturbações de ordem política e social. Para os governantes desse período, os meios sempre justificaram os fins e o fim era sempre o mesmo: o total controle de um império que se estendia da atual Inglaterra, ao norte, Portugal, ao leste, chegando até a Ásia Menor, pelo lado oriental.

Após a morte de Augusto, o cenário político romano viu-se movimentado por constantes desequilíbrios. Os governos de Tibério, Calígula e Cláudio foram períodos de dificuldades políticas, acentuadas pela falta de

---

Luizir de Oliveira é doutorando na Universidade de São Paulo, Departamento de Filosofia, São Paulo, Brasil.

habilidade dos imperadores em contornar as situações de crise. O exílio voluntário de Tibério, a loucura de Calígula, e a fraqueza de espírito de Cláudio, haviam deixado uma lacuna na administração de tão vasto império. Dentro desse panorama o ano de 54 d.C. marcava uma nova era. Pelo menos essa era a esperança de um homem que havia passado grande parte de sua vida afastado de Roma, ora por questões de saúde, ora como vítima desses desmandos: L.A.Sêneca. Tendo vivido anos conturbados sob Calígula, passado oito anos no exílio por manobras escusas sob o reinado de Cláudio, Sêneca foi um desses homens que acabou encontrando na filosofia uma espécie de porto seguro para suas inquietações. Constantemente dividido entre o poder e o pensamento, cercado por uma vasta fortuna e tendo atingido um dos mais altos postos dentro da administração romana de então, tornou-se alvo das críticas e perseguições comuns em sua época. E de todas elas conseguiu sair, mais ou menos ileso. Sua profissão de fé filosófica certamente forneceu-lhe os instrumentos para suportar e ultrapassar as dificuldades que o cercavam. Seu caráter, como se sabe, foi duramente criticado ao longo da história da filosofia. É apresentado com o perfil de um homem de princípios pouco rígidos, fingido, adulator, usurário e, finalmente, preceptor de uma das mais controvertidas figuras da história romana: o futuro imperador Nero. Por detrás do filósofo encontramos um homem consciente de suas fraquezas, mas disposto a tentar remediá-las. O *corpus* da sua obra oferece inúmeros exemplos dessas tentativas.

Com a morte de Cláudio, em 54 d.C., sobe ao trono, contando dezessete anos, o jovem Nero. Para Sêneca chegava o momento de se operar uma verdadeira mudança de base no curso da história romana. Ele havia sido encarregado da educação do novo imperador desde o seu retorno do exílio, em 49 d.C. Agora, no momento em que seu discípulo recebia o poder imperial, apresentava-se a oportunidade tão esperada de se colocar em prática toda uma teoria de governo baseada nos mais altos padrões morais. Não foi o primeiro filósofo, e nem seria o último filósofo a pensar assim. Como enfatiza M. Griffin:

Tácito nos diz que Sêneca também estava lá para dar conselhos: em política prática, de acordo com as intenções de Agripina, e provavelmente também em moral, como era comumente esperado. Sêneca era um homem com charme, inteligência e eloquência, que podia dar polimento ao príncipe imperial: esta pode ter sido a idéia de Agripina. Naturalmente, ele teria aplicado os princípios de educação e comportamento nos quais acreditava, mas, como

assegurava aos seus leitores no *De Clementia*, o Estoicismo, de acordo com sua concepção, não era uma doutrina severa, desapropriada para um *princeps*.<sup>1</sup>

Por essa época o filósofo era figura de destaque, famoso por suas qualidades oratórias, que o fizeram o “filósofo-orador oficial”. Em 56 publica o único de seus ensaios de cunho político: *De Clementia*, dedicado ao próprio imperador. Nesse escrito Sêneca propõe um pacto político renovado, no qual os mal-entendidos do passado seriam esquecidos, os erros perdoados. Um verdadeiro saneamento político do império. Ao longo dos nove anos seguintes, Sêneca veria, pouco a pouco, suas esperanças ruírem, comprometidas pelo caráter cambiável de Nero. Mas à época em que o *Clementia* foi composto, Nero ainda não havia revelado os verdadeiros traços de seu psiquismo: suas relações com o Senado ainda eram boas, e suas maneiras, publicamente pelo menos, não inspiravam ofensas.

Neste contexto, o ensaio, um misto de admoestações e elogios, apresenta uma coerência singular. É um trabalho dedicado ao *princeps* cujo objetivo intrínseco era o de garantir que a clemência que ele havia, até então, demonstrado fora do seu palácio, pudesse ser a mais destacada característica de seu governo. O objetivo de Sêneca é o de demonstrar que Nero é, de fato, um príncipe clemente. E a clemência transparece como uma forma, talvez a única, de se fazer a diferença entre a tirania e o governo ideal, o do Bom Rei, Pai da Pátria. Segundo Paul Veyne

...não hesitando em escrever essa palavra rei, execrável em Roma, Sêneca queria habituar a opinião pública a romper com os velhos tabus e a aceitar a realidade da monarquia, mas de uma monarquia da qual a altivez cívica não seria ofuscada, pois Nero reinaria como um rei clemente<sup>2</sup>.

O jovem príncipe oferecia um desafio interessante para Sêneca, cujo interesse mais marcado sempre foi o do treinamento e aperfeiçoamento morais.

## II. O TRATADO

O tratado inicia-se com uma imagem clara: Sêneca pretende mostrar ao jovem César um espelho, não como forma de refletir aquilo que o

1. GRIFFIN, M. *Seneca, a Philosopher in Politics*. Oxford, Clarendon Press, 1992, págs. 65-66.

2. Veyne, P. *Sêneca*. Paris, R. Laffont, 1993, pág XXIII.

*princeps* é, mas o que deve ser e o que deve fazer: possuir o conhecimento que possibilitará fazer sempre o que é correto. A tarefa que cabe ao jovem governante é imensa. Ele foi o escolhido, dentre todos os outros homens, para reinar tanto sobre territórios quanto sobre a vida de pessoas. E o móvel primário de suas ações, aquilo que deve estar sempre em seu horizonte a fim de que o seu governo não tenha seus objetivos desviados, é a clemência. O *princeps* conhece o destino das nações que governa, pois é o seu único soberano. E a clemência real, que em nenhum momento transparece como pietismo ou fraqueza de caráter, é “a virtude do soberano”. Assim, a auto-observação diária dos seus atos, o constante lembrar das atrocidades do passado, exigem do soberano uma razão reta – *recta ratio* – conceito fundamental da filosofia estóica. Nero é pintado pelo filósofo como dotado de uma bondade natural, suas mãos ainda não estão sujas pelos crimes. Os seres inferiores, aqueles que se deixaram arrastar pelos excessos de vaidade ou vingança, não podem esconder seus delitos por muito tempo. O jovem *princeps* ainda nada tem a temer. A clemência deve aparecer como uma qualidade inerente ao jovem governante. Ele é um modelo máximo de virtude. O povo romano podia ficar descansado: os tempos de horror haviam terminado.

Para que possamos compreender o espírito político de então, lembremos que, para o pensamento antigo, não estava em jogo a soberania do povo, nem os direitos do homem, nem a justiça social. O que importava era tão-somente o fato de que homens livres não podiam aceitar como mestre um homem que não fosse capaz de controlar suas paixões, que não fosse mestre de si mesmo. Em uma palavra, um homem que fosse moralmente respeitável. Nesse terreno a filosofia estóica tinha muito a ensinar. Sêneca já havia bebido bastante em fontes estóicas: seus conselhos tinham embasamento filosófico.

Mas qual o verdadeiro sentido da palavra clemência para Sêneca? Nada de profundamente diferente do que nós atualmente compreendemos por essa palavra: manter-se dentro dos limites da lei, não ultrapassar seus rigores necessários, não ser amante das punições desenfreadas, movidas por sentimentos de vingança particular ou, ainda pior, pelo simples desejo de punir. O que garantia o respeito de um príncipe por seus súditos era sua capacidade de respeitar, por sua vez, a dignidade e a vida dos seus pares. O que Sêneca tinha em mente era claro: Roma devia aceitar o estado monárquico, e, por sua vez, o *princeps* comportar-se-ia como um bom rei, autolimitando seus excessos, uma vez que ele é muito mais o servidor dos seus governados do que seu mestre. Esse autolimitado é pedra de toque

no pensamento senequiano. Todas as virtudes formam, para Sêneca, um corpo único e homogêneo, apesar de ele constantemente as tratar separadamente. A clemência, enquanto a principal virtude do soberano, deve ser bem pesada, usada com discernimento. Ela é como um medicamento que deve ser utilizado entre aqueles que têm esperança de alcançar a cura. Oferecer o perdão indistintamente é tão cruel quanto não oferecê-lo nunca. O *motto* é a medida: “Devemo-nos manter na justa medida; mas como a medida é difícil de se observar, todas as vezes que a balança dever pender para um lado, que seja para o mais humano (I, II, 2)”.

A figura do rei clemente utilizada por Sêneca deixa muito claras as concepções estoicas do filósofo. O rei é como o sopro vital do seu povo, ele é a alma do corpo social, funciona como o hegemônico. Este também é um conceito fundamental do Estoicismo que Sêneca traz à discussão. O hegemônico é a parte dirigente da alma, coincidindo essencialmente com a razão, e que dá ao homem a capacidade de perceber, assentir, apetecer e racionar. Alia-se a este o fato de que a própria idéia de monarquia, que pressupõe o uso do hegemônico na alma, é extraída diretamente da *phýsis*. O Estoicismo pensa a natureza como ordenadora, dotada de razão, identifica-a a uma potência racional automotriz, que exerce uma ação finalizada e em absoluta harmonia consigo mesma<sup>3</sup>. As palavras de Virgílio encontram eco no pensamento do filósofo: “Se o rei é incólume, [as abelhas] possuem uma única alma; se é faltoso, súbito rompe-se o pacto de obediência<sup>4</sup>”.

Desta forma, o autocontrole não só garante o equilíbrio e a harmonia de todas as partes do *corpus* governado, como também serve de proteção ao próprio monarca. O rei e a república romana são um mesmo organismo: se a um falta a força, ao outro falta a cabeça. E, visto ser a clemência uma virtude natural dos homens, ainda mais importante será se habitar o espírito do imperador. O paradigma último é a própria *phýsis*. A *clementia*, quando na casa real, e sobretudo aí posto ser grande a sua raridade, transforma-se no próprio rei ou *princeps*, porque ele é a *anima* da *res publica*, a qual ele deve, sempre, poupar como ao seu próprio corpo. Sêneca não se esquece, e não deixa seus leitores se esquecerem, dos difíceis períodos que Roma conhecera sob os governantes anteriores. Os constantes desmandos de que haviam sido vítimas incontáveis membros das classes governantes romanas, o próprio filósofo os havia sofrido na

3. Cf. Diógenes Laércio. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*. VII, pág. 148.

4. Virgílio. *Geórgicas*. IV, págs. 212-213.

pele. Assim, nunca seria demais enfatizar a beleza e a grandeza de alma que um governante clemente adquire aos olhos dos seus súditos. É próprio de uma grande alma ser calma e tranqüila, olhar de cima todas as injúrias e ofensas recebidas, salvar a vida de outrem. Isto constitui a mais eminente condição humana, e é merecedor de toda a admiração. A alma magnânima iguala-se à divindade: distribui a luz entre todos, bons e maus<sup>5</sup>. Sêneca partira da “justificação metafísica da clemência” para chegar à “justificação histórica do principado”. Se o caminho percorrido é sinuoso, o resultado é claro. Se a *clementia* fora reconhecida como uma das qualidades mais desejáveis no *princeps*, cumpria enfatizar ainda mais o seu papel no espírito de Nero, não apenas por sua hereditariedade, mas principalmente pela crueldade de seus predecessores.<sup>6</sup>

A figura do rei aparece neste tratado de forma bastante esclarecedora. O filósofo havia vivido parte da sua juventude no Egito, onde tivera contato com as formas de governo antigas, nas quais o faraó era a própria encarnação da divindade. E se, de um lado, Sêneca pode ter associado isso à idéia do rei clemente, por outro lado, seu embasamento não está na hereditariedade dos antigos governos, mas na virtude. Para Sêneca, o rei era como o próprio sol. Nesse sentido, ele é escravo do seu dever, do seu *officium*. Sua figura pública o torna mais vulnerável ainda, portanto a constante vigia dos seus atos é condição *sine qua non* para o sucesso do seu governo. Um ato de bondade ou de magnanimidade multiplica-se por mil. Mas um ato de cólera desmedida, uma arbitrariedade vingativa também. Efetivamente, diz-nos o filósofo:

A verdadeira clemência, César, é esta que demonstra, que não surge de remorsos por violência, que não possui mancha e nunca derramou o sangue de um compatriota. Significa, estando numa posição de poder ilimitado, estar no mais verdadeiro sentido de autocontrole e de um amor pela raça humana, e não se deixar perverter por desejos baixos, ou por uma leviandade natural<sup>7</sup>.

A clemência é a honra e o sustentáculo mais seguro do poder. Ela é o divisor de águas entre o bom rei e o tirano. Este assume a crueldade em prol dos seus próprios prazeres. Aquele, somente movido pela razão e

5. Cf. *De Clementia*. I, V.

6. Um aprofundamento dessa questão pode ser encontrado em Griffin, *op. cit.*, cap. 4.

7. *De Clementia*. I, XI, 2.

pela necessidade. Desta forma, o rei clemente garante que o medo esteja afastado da vida dos seus súditos. Sêneca é também claro neste ponto: “O medo é necessário, pois mantém as almas no dever. Contudo, se for imoderado, se for causado pelos excessos de um poder tirânico, acaba por colocar face a face os perigos supremos a que os homens estão sujeitos<sup>8</sup>.”

Isto revelará a audácia escondida em seus corações, movendo-os a tentar todos os meios possíveis para que o mal maior seja extinto. Assim, antes de causar o temor em seu povo Sêneca causa, com viva imagem, um constrangimento no coração do seu destinatário, bem como no de todos os seus leitores.

O *princeps* clemente é comparado também ao *Pater Patriae* e ao *Pater Familias*, um pai que educa seus filhos tanto docemente quanto pela ameaça, e que os chama à ordem mesmo que seja necessário, às vezes, um castigo mais severo. De qualquer forma, o pai sempre se esforça por trazer seus filhos de volta para o caminho certo. Diferentemente dos adjetivos mais adulatórios, como Grande, Divino, Augusto, o epíteto de Pai não incita à vaidade gratuita, pensa Sêneca, mas traz em si todas as considerações supra citadas. O pai prestimoso e amoroso é aquele que coloca os interesses de seus filhos acima dos seus próprios, é o que serve como modelo moral, e deve demonstrar que aquele que luta contra os vícios conseguirá se livrar deles mais depressa e mais seguramente. Da mesma forma, deve o príncipe aplicar-se a restituir a saúde moral aos seus súditos, sem deixar neles cicatrizes desonrosas.

Psicologicamente, a *clementia* traduz-se como uma ausência de cólera; na prática, é a ausência de arbitrariedade e imoderação introduzidas pela cólera quando do momento da punição. A *clementia* senequiana está em um terreno bastante próximo da *miserericórdia*. Sêneca tem consciência disso, e procura evitar qualquer confusão entre ambas. A compaixão ou piedade, é um sentimento inferior, um estado mórbido de uma alma fraca frente ao mal alheio, digno de mulheres e espíritos menos esclarecidos. A compaixão não enxerga o motivo do castigo, somente a situação desesperada do castigado. Por sua vez, a *clementia* consiste no controlar-se quando se possui o poder de castigar. É uma indulgência de um superior no momento em que a punição é fixada, um certo pendor da alma à

---

8. I, XII, 4-5.

doçura quando se trata de castigar. Ato de moderação, pelo qual a merecida pena é parcialmente retirada. De novo traduzindo os preceitos mais universais da escola estóica, simpatia e igualdade, preocupação com o bem comum. Sêneca tece uma apologia do Estoicismo no final do ensaio. O rei clemente é comparado à figura máxima da filosofia estóica, o *sapiens*, um ser semidivino, dotado de razão reta e em conformidade com a natureza, com as leis cósmicas imutáveis. Apesar de o sábio, para o fundador do estoicismo, Zenão de Cítion, ser uma figura paradigmática e não existente de fato<sup>9</sup>, seus atributos são expostos por Sêneca como o modelo a ser seguido. Assim, o sábio jamais perdoa, porque o perdão é a remissão de um castigo merecido, e ele, o sábio, não deixa de punir aquele que merece a punição; o seu coração está em sintonia com o que determina a natureza universal, com o *lógos* divino que permeia o universo, e, por isso, sabe a justa medida do castigo. Conhece seus limites, sua clemência exprime o conhecimento que tem de si mesmo e do seu agir. Seu sentenciar não é feito ao pé da lei, mas de acordo com o que é verdadeiramente justo e bom. Nero deveria ser um rei-sol, Pai da Pátria, o bom rei clemente que inaugurava uma nova era para o mundo romano. Infelizmente para o filósofo, esse tempo não seria longo o bastante.

A originalidade de Sêneca ao abordar o conceito de *clementia*, da mesma forma como sua atitude provocativa em utilizar o termo “rei”, tem sua origem na realidade política que o cercava. Era o “caráter do governante”, e não a lei, o fator determinante de como os homens eram governados. Humanidade e respeito pela dignidade dos seus súditos ainda podiam ser clamados ao jovem Nero. Reafirmar os princípios da monarquia, como forma de admoestação e aviso ao novo regente era uma tarefa que cabia ao preceptor do *princeps*. Como bem enfatiza G. Maurach<sup>10</sup>, esse tratado mostra o homem aos homens; mas o homem no sentido mais insigne e importante: o governante. Ele é livre e poderoso como um deus, mas está, ao mesmo tempo, atado, como a cabeça ao corpo, e o seu corpo é o povo. Atado também ao modelo do *sapiens*. E este modelo é o fim máximo a que pode almejar o homem, uma predisposição que habita enquanto possibilidade em si, e que pode despertar através de um

---

9. Gazolla, R. *O ofício do filósofo estóico*: ed. Loyola, São Paulo, 1999.

10. Maurach, G. *Seneca. Leben und Werk*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1991, pág. 99.

aprimoramento constante. A *humanitas* do soberano é de importância decisiva para o bem governar, da mesma forma como o castigo brando pertence ao domínio da severidade controlada. Sêneca coloca no conhecimento a importância da brandura do caráter como a principal virtude do soberano. Um *princeps* clemente, benfeitor da humanidade: era esse o intuito para garantir um governo justo e equilibrado.

Não seria demasiado aproximar o *princeps* senequiano do Príncipe de Maquiavel em muitos aspectos. Na excelência da sabedoria, no uso do poder de exercer a *severitas*, quando necessário, já estariam algumas das bases para a *virtù* maquiavélica. No entanto, o que há em Sêneca, e que não está em Maquiavel, é a visão da *phýsis* estoica como princípio também do *éthos*. Mas todos os seus esforços não bastariam para transformar o caráter do governante. O tempo encarregar-se-ia de mostrar quão distante estava o discípulo desse modelo ideal de governante que o filósofo julgava ter colaborado para educar.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIDEROT, D. *Essai sur les Règnes de Claude et de Néron*. Paris, Robert Laffont, 1994, págs. 1173-1176.
- GAZOLLA, R. *O ofício do filósofo estoico*. Ed. Loyola, São Paulo, 1999, pág. 223.
- GRIFFIN, M. *Seneca, a Philosopher in Politics*. Oxford, Clarendon Press, 1992, págs. 65-66.
- GRIMAL, P. *Sénèque*. Paris, Fayard, 1991.
- MAURACH, G. *Seneca, Leben und Werk*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1991, págs. 94-99.
- SENECA, L. A., *Moral and Political Essays*. Edited and Translated by John M. Cooper and John Procopé. Cambridge, Cambridge University Press, 1995, págs. 119-164.
- SENECA, L. A., *Moral Essays: De Clementia*. With an English Translation by John W. Basore. Harvard, Harvard University Press, 1994, volume I, págs. 356-447.
- VEYNE, P. *Sénèque*. Paris, R. Laffont, 1993, introdução.